



VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

TERRITÓRIOS RESILIENTES, CRIATIVOS E SOCIALMENTE INOVADORES: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo

FREITAS, Maria João
Doutorada em Sociologia
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
mjfreitas@lneec.pt

ESTEVENS, Ana
Doutoranda em Geografia Humana
IGOT-UL – Instituto Geográfico e do Ordenamento do Território
anaestevens@gmail.com

Resumo

No actual contexto de reconfiguração de paradigmas, modificam-se as relações sociais e as formas de apropriação do espaço. A abordagem das questões urbanas convida a uma reflexão crítica sobre conceitos como resiliência, criatividade e inovação social na tentativa de compreender e explorar formas alternativas das mudanças em curso. Torna-se importante reflectir sobre o conceito de resiliência na acomodação da transformação e das mudanças dos territórios e das comunidades que resultam de processos diluídos no tempo. Também, a criatividade surge em contextos de mudança e de “crise” como um activo importante face à adversidade, à imprevisibilidade, à incerteza e/ou ao risco, viabilizando respostas aos desafios que associam o conhecimento, a diversidade, a aprendizagem, a tolerância e/ou a participação. A esta configuração associa-se também a inovação social que permite encontrar novas respostas para problemas não reconhecidos ou não solucionados, visando a transformação das relações sociais e de poder. Na configuração de uma agenda para a abordagem de uma “agency coletiva” de base territorial, perfilam assim, a par de uma abordagem transdisciplinar na capacitação para a inovação social da ação colectiva, uma co-produção alargada, dinâmica e generativa na configuração de uma resiliência transformadora. Também a transformação e mudanças induzidas por processos criativos e de inovação social não prescindem da incorporação de plurais, gerúndios e proximidades na configuração de uma diversidade energética dos sistemas de ação e de um sistema de governança territorial e matricial de ação passível de permitir uma (re)configuração de poder(es) e tomadas de decisão na configuração de uma agencia coletiva.

Abstract

In the contemporary context of paradigm reconfiguration, social relations and forms of appropriation of space also change. The approach to urban issues calls for a critical reflection on concepts such as resilience, creativity and social innovation in an attempt to understand and explore alternative ways of ongoing changes. It becomes important to think about the concept of resilience in the accommodation of the transformation and the changes of the territories and communities which result from processes diluted in time. In addition, creativity emerges in contexts of change and "crisis" as an important asset in the face of adversity, the unpredictable, uncertainty and / or risk, enabling responses to the challenges associating knowledge, diversity, learning, tolerance and / or participation. To this setting social innovation is also associated allowing one to find answers to unrecognized or unsolved problems, aimed at transforming social and power relations. In the configuration of an agenda for addressing a territorially-based "collective agency", together with a transdisciplinary approach seeking to build capacities collective action social innovation, an enlarged, dynamic and generative co-production of a transformative resilience goes along. Also the transformation and the changes induced by creative processes and social innovation do not give up on the incorporation of plurals, ongoing processes and proximities in the configuration of an energetic diversity of systems of action and a territorial and interwoven matrix of action able to allow a (re)configuration of power(s) and decision making in the configuration of a collective agency.

Palavras-chave: Lugares, Inovação Social, Resiliência, Criatividade, Agência Coletiva

Keywords: Places, Social Innovation, Resilience, Creativity, Collective Agency

PAP 1014

1. Introdução

As “cidades” são, a nível mundial, os contextos que já acolhem, e acolherão em maior extensão e intensidade, os quotidianos das suas populações. Será já lugar comum considerar que pensar, viver, planejar, gerir ou intervir nas cidades do Século XXI comporta desafios bastante complexos. Esta complexidade não deixa de ser fértil em exigências de permanente criatividade e inovação na construção de mudanças, de transformações e de resiliência que exigem esperança e vontade quando orientadas para a produção de lugares, tempos e quotidianos de vivências individuais e dinâmicas societárias qualificadas.

Esta complexidade tem incitado e pressionado a abordagem das questões urbanas a uma abertura e construção de *abordagens transdisciplinares*, focalizadas nos territórios enquanto sistemas complexos de relações de vária natureza que se desenvolvem em, e entre, diferentes escalas e capazes de produzirem novas aprendizagens para o seu entendimento (e configuração de sistemas de ação) em ambientes de diálogo não apenas interdisciplinar, mas sobretudo decorrente da promoção de diálogos entre várias formas de conhecimentos (científico, técnico, político, operacional, experiencial, de senso comum, etc).

A abordagem das questões urbanas na sua complexidade também tem reacendido e motivado o debate em torno das questões da *mudança e processos transformacionais* de natureza societal e social (i) que decorrem destas dinâmicas (recolocando na agenda velhas necessidades e desafios ou novas configurações e questionamentos); (ii) ou que se pretendem ver induzidos (reacendendo debates em torno das estruturas paradigmáticas existentes e incentivando a novas formulações sobre os sentidos e as agências dessa mudança, a(s) estrutura(s) de poder(es) a produzir e a configuração de relações sociais e capitais sociais e relacionais a incentivar); ou ainda (iii) que são accionados como instrumentos de resposta e operabilidade de inovação (social), criatividade e resiliência face a pressões, tensões, riscos, perturbações, ameaças, imponderáveis ou mesmo de soluções de sobrevivência dinâmica e generativa dos sistemas.

A sociedade europeia já é maioritariamente uma sociedade urbana e o seu futuro joga-se na sua capacidade em reduzir as assimetrias existentes e em potenciar a diversidade das suas expressões e contributos para o bem-estar global das populações e sua vivência em diversidade e proximidade. Porém, o crescimento urbano e as perspectivas anunciadas ao seu desenvolvimento persistem em legar lastros de insatisfação e insuficiências, ou seja, necessidades por satisfazer ou mal satisfeitas e configurações de bem-estar, solidariedade e qualidade de vida por assegurar.

As cidades e a vida em meio urbano tendem, assim, a urgir e a trazer para primeiro plano uma maior e mais generalizada consciência das oportunidades, mas também as especificidades das dificuldades que se colocam à sua afirmação e desenvolvimento. Entre estas especificidades, merecem sobretudo destaque, as configurações e expressões urbanas chamadas “críticas”, e em torno delas os fatores que concorrem para a sua emergência ou produção, por vezes como reverso de medalha das oportunidades a que surgem associadas.

Os “desafios” em meio urbano aparecem assim, frequentemente, associados a “problemas” (situações para as quais não se conhece solução ou que exigem uma difícil resolução; situações não desejadas; situações inesperadas, etc.) ou a exigências de “mudança”, que também frequentemente antes de poderem ser equacionadas como uma oportunidade de desenlace e desenvolvimento, iniciam os seus ciclos de vida em berços de “crises” ou “problemas”. Porém, em contraponto ao reconhecimento destes “lados lunares”, emerge também como “desafio” a prefiguração do que poderia então ser considerado como a sua “configuração solar” nos desejos para a sua regeneração. Ou seja, a retoma do debate em torno da definição de “utopias reais” mobilizadoras dos processos de mudança almejados.

Por exemplo, a Regeneração Urbana tem vindo a apresentar como futuros desejáveis (i) a *diminuição de assimetrias e distâncias no acesso a oportunidades*; (ii) o *fazer reviver pedaços de cidade moribundos*; (iii) o *prevenir ou cuidar de pedaços de cidade “doentes” ou em “crise”* bem como (iv) o *desenho de modelos de desenvolvimento mais justos e solidários no acesso e utilização de recursos* (sejam eles ambientais, materiais, económicos ou de natureza mais simbólica ou imaterial) ou (v) de *produção de valores, usos e*

configurações de capital relacional (em diversidade) mais eficientes e eficazes ao desenvolvimento de dinâmicas mais qualificadas e de garantia de bem-estar.

Sendo a vida nas cidades uma realidade existencial e a sua qualidade identificada como um requisito fundamental à promoção do bem-estar das populações e desenvolvimento dos povos, a abordagem das questões urbanas tem vindo a ganhar peso e terreno na definição de políticas, mas também em contextos mais alargados de discussão de exercício de cidadania e de reconfiguração dos sistemas de actores e de acção accionados (p.ex. em torno de redefinição de papéis públicos e privados, formais e informais, individuais e colectivos; regras; responsabilidades; competências; aprendizagens conjuntas; experiências; objectos de focalização; fluxos e dinâmicas relacionais generativas, etc.).

Assim, quer pela via académica, quer pela sua dimensão mais pública, colectiva e política, a abordagem das questões urbanas tem reavivado ou aportado novos léxicos e baterias conceptuais e incorporado uma maior diversidade de intervenientes e interlocutores no seu debate. Conceitos como os de “território” e “lugares” coabitam com os de “inovação social”, “capitais sociais e relacionais”, “resiliência”, “governança”, a par de “criatividade”, “mudança social” e “transformação de relações de poder” na configuração de novas abordagens paradigmáticas de natureza transdisciplinar suscitadas pelas questões urbanas, mas também na identificação de tensões e paradoxos, de riscos e oportunidades, de conflitos e tensões, e de perplexidades à própria configuração dos sistemas de acção.

O presente artigo propõe um exercício reflexivo motivado por este desafio que é o de abordar as questões urbanas como objecto transdisciplinar, focalizando essa abordagem para territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores, expostos a transformações e mudanças¹. Considera-se, nesta reflexão, a existência de utopias reais, ou seja, lugares economicamente dinâmicos, culturalmente abertos, politicamente negociados e socialmente inclusivos.

2. Territórios Resilientes para a Co-Produção da Mudança

O conceito de resiliência é tradicionalmente utilizado para a análise e promoção de estratégias e soluções de resposta a epifenómenos disruptivos (situações de desastres naturais, tecnológicos ou de origem humana) que pressionam o contacto e exposição dos sistemas e estruturas com o risco e com a sua própria integridade e sobrevivência. Muitas vezes apenas utilizado numa óptica apenas de mitigação de riscos (quer em prevenção ou no seu impacto no funcionamento de infra-estruturas ou em questões de segurança), o seu interesse ganha outra perspectiva sobretudo quando aplicado a comunidades e às questões urbanas numa perspectiva sistémica e holística.

Holling e Gundersen definiu a resiliência como “the amount of disturbance that can be sustained before a change in system control and structure occurs” (cit.in Miller et. all, 2008) e como “the capacity of a system to absorb disturbance and reorganize while undergoing change so as to still retain essentially the same function, structure, identity and feedbacks” (Holling, 1973). Nesta perspectiva, o conceito de resiliência surge ligado à oportunidade de mudança causada por uma situação de impacto disruptivo e por avocar uma abordagem multi-escalar, multi-dimensional e multi-nível. Para assegurar efetividade de resiliência não bastará, assim, a busca do mesmo ou de um novo equilíbrio na configuração dessa nova estrutura ou tão pouco a capacidade do sistema para manter a sua estrutura e as suas funções normais face às perturbações identificadas orientada para o restabelecimento das suas rotinas (Folke, 2006). No seguimento do trabalho de Holling, Carl Folke (2006), mostra como o conceito de resiliência evoluiu de uma perspectiva de “single equilibrium” para a de uma “multi-stable state approaches” dando ênfase a “non-linear dynamics, thresholds, uncertainty and surprises, how periods of gradual change interplay with periods of rapid change and how such Dynamics interact across temporal and spatial scales”. O que Folke(2006) sublinha é “the dynamic development of complex adaptative systems” baseada na necessidade de “to learn to manage by change rather than simply to react to it (...) which implies that uncertainty and surprise is part of the game and you need to be prepared for it and learn to live with it”, relacionando a natureza adaptativa do processo “to the capacity to tolerate and deal with change emerging out of the system’s self-organization”.

Ao colocar a ênfase da resiliência no seu valor instrumental para lidar com a mudança, ele distingue esta interpretação de outras definições de resiliência mais focalizadas na “reconversão” (recovery), “constância”

(constancy), “persistência” (persistence) e “robustez” (robustness) e viabiliza a sua interconexão com o conceito de inovação social: “(Resilience) is concerned with how to persist through continuous development in the face of change and how to innovate and transform into new more desirable configurations (...) incorporates the idea of adaptation, learning and self-organization in addition to the general ability to persist disturbance. (...) and adaptative capacity, transformability, learning and innovation (...) (become though crucial focus on resilience approaches that privilege) interplay disturbance and reorganization, sustaining and developing and integrated system feedback and cross-scale dynamic interactions.” (Folke, 2006).

Ainda que o conceito de resiliência seja sobretudo utilizado a propósito da capacidade de resposta dos sistemas em reagirem a crises e eventos disruptivos de larga escala (decorrentes de desastres naturais, tecnológicos ou de ação humana) com carácter epifenomenal, ele ganha uma especial valia instrumental na abordagem das questões urbanas e da promoção de inovação social, na resposta a “crises” e “eventos disruptivos”, na sua expressão mais estrutural de pressão às suas expressões epifenomenais.

De facto, os desafios colocados à regeneração da vida urbana apesar de poderem apresentar expressões epifenomenais em solicitação de respostas urgentes, remetem para disfunções muito mais profundas e inscritas em tempos de maturação muito mais longos, decorrentes da configuração dos próprios sistemas que lhe têm de dar agora respostas, e exigem mudanças e transformações na sua própria estrutura. A título de exemplo, as “crises” e a disrupções causadas pela “bolha imobiliária” nos sistemas financeiros, económico, social e político, apela de facto a respostas imediatas de resiliência na forma de lidar com elas, mas apela sobretudo a respostas de resiliência transformadora na condução das mudanças proporcionadas e exigidas pela indesejabilidade das suas manifestações. Também a solicitação de intervenções em territórios em crise, para além de exigir soluções resilientes de urgência a manifestações epifenomenais de algumas desordens (que podem ser de ordem pública ou de perda súbita de vitalidade), exigem igualmente soluções de resiliência transformadora das suas condições estruturais.

A configuração atual das sociedades contemporâneas coloca assim uma dupla pressão aos desideratos e futuros desejáveis: (a) por um lado o reconhecimento da necessidade de contributos estruturais, com respostas resilientes, na configuração e/ou reabilitação dos lugares de vivência das populações no arco de memórias, identidades e utopia real em que se poderão ancorar; e (b) por outro lado, a urgência em respostas expeditas e igualmente resilientes às manifestações das crises e à sua intensificação em meio urbano, em reconhecimento da falência dos modelos adotados. Esta dupla pressão, longe de apelar e configurar apenas estratégias adaptativas e/ou corretivas, aporta particularidades e exigências transformadoras de reversão dos próprios modelos e paradigmas prosseguidos, quer por via da inovação social que lhe é solicitada, quer por via da resiliência que lhe é exigida em resposta às crises em causa.

A valia do conceito de resiliência reforça-se ainda, na prossecução de abordagens transdisciplinares - “Resilience Alliance to stimulate interdisciplinary and integrative science using resilience as a overarching framework (to learn) how to deal with complex adaptative systems” (Folke, 2006) – e para a incorporação de várias fontes de conhecimento e de agência coletiva, relacionando a resiliência com a capacitação para soluções transformadoras de governança “adaptativa”, através da mobilização de diferentes atores e instituições, memórias e redes sociais construídas ao longo do tempo, em diferentes escalas e em diferentes níveis de ação - “The resilience work adaptability is referred to as the capacity of people in a social-ecological system to built resilience through collective action where as transform ability is the capacity of people to create a fundamentally new social-ecological system when ecological, political, social or economic conditions make the existing system untenable” (Walker *et al* 2004).

Esta perspetiva é a que justifica que o conceito de resiliência inclua “understanding social processes like social learning and social memory, mental models and knowledge system integration, visioning and scenario building, leadership, agents and actor groups, social networks, institutional and organisational inertia and change, adaptative capacity, transformability and systems of adaptative governance that allow for management of essential ecosystem services” na assunção de que a simples adaptação às condições correntes de risco ou crise possam não ser suficientes para a ancoragem das mudanças e “to achieve transformations towards more sustainable development pathways (... as) one of the great challenges for humanity in the decades to come” (Folke, 2006).

Inovação social e resiliência transformadora evidenciam-se assim como instrumentos conceptuais para a abordagem das mudanças e transformações, induzindo a uma refocalização da “agency” em necessidades, desideratos, dinâmicas e processos coletivos, exigindo assim um esclarecimento, um sentido, uma “utopia”, suficientemente mobilizadores, orientadores e viabilizadores da recomposição, reformatação, mudança e transformação dessa mesma ação coletiva.

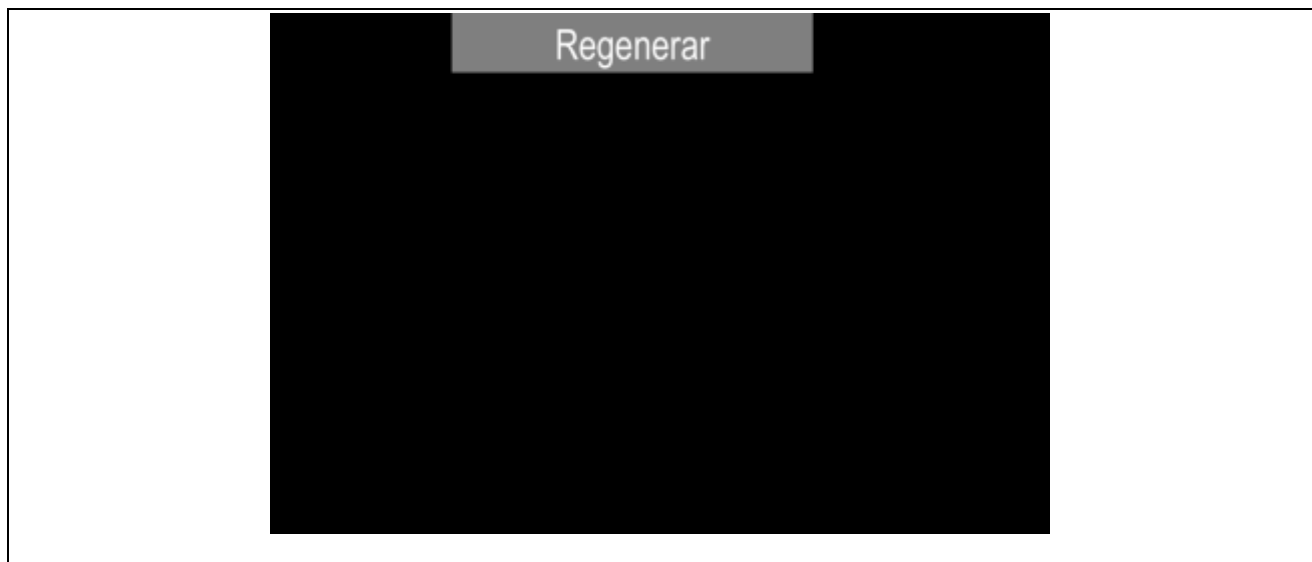


Figura 1 – Inovação Social e Resiliência Transformadora

Inovação social e resiliência emergem, assim, como dois atributos a assegurar na ativação do debate e criatividade necessários à configuração das mudanças e processos transformacionais almejados na atribuição do sentido e da utopia a identificar na abordagem das questões urbanas e de processos de regeneração urbana aplicados a territórios. Ou seja, na configuração de ideias de futuro para a vocação da vida em contextos urbanos.

A abordagem das questões urbanas encontra assim grande parte dos seus *drivers* transformacionais nos seguintes desafios:

- (a) a relevância de uma perspectiva integrada nas abordagens territoriais, motivada pelo desafio do “Place Based Approach” (Barca, 2009) e as suas implicações numa ótica de desenvolvimento territorial, ancorado na transformação dos lugares e territórios e das condições de experiência de vida, na co-produção social, relacional, dinâmica e sinérgica dos presentes e futuros, ou seja, da co-produção das condições e dos próprios processos de transição;
- (b) o desafio do networking e da Governança e as suas implicações na (re)construção de um sistema de co-produção, ancorado na reconstrução e transformação das relações de poder e das redes de decisão, lideranças e regras de interconetividade, ou seja, dos “papeis” e sistemas de atores e da própria estrutura do “jogo” na configuração do sistema de ação coletiva; e
- (c) o desafio da transdisciplinaridade, ou seja da adopção de uma ruptura epistemológica incorporadora de várias fontes de conhecimentos e saberes na abordagem dos espaços e tempos do desenvolvimento das dinâmicas de ação, focalizada nos lugares e territórios como objetos e produtos da vivência e ação coletiva (e não nos eixos que podem decorrer da sua abordagem sectorial) em função de necessidades de natureza social e societária a priorizar.

As abordagens territoriais suscitam, desafiam e pressionam “abordagens integradas”, tendo sempre como mote a “transformação” e a “mudança”. No entanto as “abordagens integradas” suscitadas pelas “abordagens territoriais” não são redutíveis a uma justaposição de áreas de intervenção e desafiam a organização “sectorial” em que estamos habituados a “organizar” o nosso pensamento (o nosso conhecimento) e as nossas práticas (soluções organizativas).

Porém, conceber, implementar e desenvolver “abordagens integradas” não é algo que surja de “geração espontânea” e exige uma co-produção complexa. Essa co-produção envolvendo múltiplos atores de diversa natureza (stakeholders/agentes) implica regras, papéis e compromissos na construção de “sistemas de governança” que diferem das tradicionais estruturas de promoção de projetos de intervenção, não prescindindo, no entanto, da identificação e legitimação das suas lideranças. Esta “co-produção” difere também da promoção de parcerias meramente instrumentais ou de simples diligências de auscultação ou generalização de informação entre os vários intervenientes. Conceitos como o de “animação territorial” e “animação institucional” são amiúde acionados para dar corpo e operabilidade aos requisitos de envolvimento, confiança e compromisso necessários à consolidação desta co-produção multi-escalar, multi-nível e multi-dimensional, numa geometria complexa de exigências de disponibilidades para a “mudança” organizacional induzida por este trabalho “em rede” à estruturação da ação de todos os seus intervenientes.

Compreender e trabalhar esta integração nas abordagens territoriais, e sobretudo a partir delas, exige também uma especial atenção à dinâmica do seu desenvolvimento não apenas focalizada nos seus “programas” e recursos mas alargada às condições de maturação do seu sistema co-produtivo, ao incentivo das autonomias e interdependências a nele potenciar e ao respeito pelos tempos acionados (no plural e não linearidade) que decorrem quer da retroalimentação cíclica da dinâmica destes processos, quer da existência de (des)compassos entre os seus intervenientes. Uma atenção especial é também devida à gestão dos “visíveis” e “invisíveis” que estas dinâmicas envolvem, da mediatização e recato de que necessitam para a sua afirmação e da “confiança”, “esperança” e “sentido” que as sustentam e alimentam.

Não obstante esta integração em abordagens territoriais possa ser orientada pela busca de consensos ou mobilização coletiva em torno dos objetos que as suscitem (utopias, valores, necessidades, causas, afazeres em busca de maior bem-estar das comunidades), a sua energia e maior potencial são no entanto a diversidade de olhares, posições ou capacidade de ação que acolhem e a multiplicidade de caminhos e/ou escolhas para que geralmente remetem. Assim, a abertura a processos de co-produção em torno de desideratos de natureza coletiva implica sempre “plurais”, “gerúndios” e “proximidades” que, quando em exercício, acionam necessariamente tensões e conflitos. Uma das particularidades das intervenções integradas de base territorial é o desenvolvimento de competências de convívio coletivo com estas tensões e conflitos, de desenvolvimento do respeito pelas diferenças que fazem a sua riqueza e de reconversão dos impasses a que habitualmente conduzem, em ciclos virtuosos de aprendizagens e capacitação para a ação.

Também aqui esta diferença de abordagem não é um movimento natural ou de geração espontânea, na medida em que induz a uma rutura na tendência de gestão de poderes e de relações, mesmo quando de natureza colaborativa, baseadas e orientadas pela reprodução, senão mesmo pelo reforço, de posições assimétricas ou hegemónicas dos seus interventores e elementos de estrutura dinâmica. Esta rutura acaba por consubstanciar um dos pontos de maior criticidade, senão mesmo de maior valor inovador, na construção de soluções resilientes e transformadoras de suporte às mudanças almejadas, a começar pelo impacte desde logo na discussão do seu sentido e orientação no desenho dos seus futuros (utopias), e, em sequência, em todo o ciclo de decisões e estruturação das dinâmicas de relações sociais e de poder daí decorrentes.

O desafio do “networking” e da Governança remete para a (re)construção do sistema de co-produção de soluções passíveis de identificarem, experimentarem, assegurarem, promoverem e fazerem acontecer as mudanças e as transformações das relações sociais e territoriais almejadas, em abertura e focalização da “agency” em torno de desideratos e respostas de natureza social, societária e sistémica.

O conceito de governança, ao accionar o de “networking” vem, assim, solicitar ruturas substantivas na organização de governo de matriz sectorialmente hierárquica, mesmo quando esta prossegue preocupações de territorialização. Assim, este conceito, embora não prescinda, não se restringe apenas à (re)definição do papel das políticas públicas ou dos governos nas garantias ou no concurso para a promoção e luta dos interesses coletivos e sociais. Também o conceito de Governança embora esteja ancorado na abertura à participação a outros atores privados ou oriundos de formas organizativas da sociedade civil, não se restringe a uma redistribuição de responsabilidades ou delegação de competências e recursos para o apoio à abordagem do que é de interesse “coletivo”.

De facto, o conceito de governança remete sobretudo para uma estratégia global de governo da coisa coletiva que envolve atores públicos e não públicos, atores formais e informais, atores individuais ou coletivos, os seus governos e estruturas num sistema matricial multi-nível de tomadas de decisão, de produção de poderes, de capacitação para a ação, e de recriação de inter-dependências sinérgicas em ambiente colaborativo, conducentes a uma co-produção de soluções (produtos, serviços ou processos) mais eficazes e eficientes de resposta a objetivos comuns. O conceito de governança é assim um conceito que remete para a reformatação das condições de desenvolvimento da ação coletiva, que envolve uma multiplicidade de atores na tomada de decisões, produção das regras que orientam a configuração da ação e na concretização de soluções e iniciativas decorrentes de um reconhecimento, consenso e um compromisso em torno de um objeto comum.

Estes desafios induzem sem dúvida desafios técnicos, mas não se esgotam nem se reduzem a eles nos quadros disciplinares ou sectoriais existentes, apelando por isso a uma inovação na própria construção de conhecimento a que se associam os desafios das abordagens transdisciplinares (Cassinari *et al*, 2011), ou seja:

- a) focalizadas e mobilizadas pelos objetos (e não pelas suas partes constituintes, olhares especializados ou posições mais ou menos hegemónicas);
- b) na atenção a desideratos e objetivos de natureza coletiva (e não pela luta em soma nula de imposições de interesses mais ou menos maioritários ou minoritários);
- c) nos critérios de coerência a prosseguir na definição dos objetivos que devem privilegiar o todo, nomeadamente nos interstícios das tensões e conflitos que incorporam (e não apenas baseados na segmentação das suas partes);
- d) no respeito e abertura à incorporação da diversidade de atores, naturalmente com interesses particulares, e na mobilização e focalização desses interesses em torno dos objetos e desideratos coletivos (e não apenas na sua mobilização instrumental em torno da eventual hegemonia de interesses de partes);
- e) numa aposta clara em termos de capacitação e construção de aprendizagens conjuntas em termos de otimização, e por vezes (re)construção, dos papéis a desempenhar pelos intervenientes nos processos, de competências relacionais e organizativas e quadros de valores e linguagens, facilitadores da comunicação e da ação individual e conjunta em torno dos objetos (e não apenas de capacitação técnica, tecnológica ou disciplinar).

Assim, a introdução da inovação social no debate das questões urbanas impõe disponibilidades e capacidades de todo o seu sistema de atores para romper com a sua própria estrutura, iniciar o debate (em co-produção) sobre a sua configuração futura e concertar o processo de transição que dele decorrer.

3. A Inovação Social e a Criatividade na Produção de Utopias Reais

Com aplicação evidente no desenvolvimento urbano e das cidades e no desenvolvimento das comunidades, o conceito de inovação social ao focalizar-se na mudança e transformação do sistema de ação no seu conjunto e ao ancorar-se na necessidade de promoção de uma “agency coletiva”, em co-produção, aciona assim, a retoma da discussão - por vezes confundida com uma simples etapa do seu planeamento (a visão) - das “utopias reais” a antecipar em processo de construção de futuros.

As utopias reais aparecem neste contexto como lugares de experiência, em territórios que se transformam e mudam, sendo que as relações entre os indivíduos se alteram e as suas necessidades são satisfeitas. Importa, assim, conhecer e compreender a mudança de valores e a transformação das instituições que se concretizam em lugares criativos, simultaneamente dinâmicos (economia), abertos (cultura), negociados (política) e inclusivos (social). Nesta perspectiva, a almejada utopia real concretiza-se tendo na base identidades e memórias, pensamento crítico e visão, e processos de resiliência transformadora e inovação social.

Em primeiro lugar, a prossecução de inovação social, para além de uma clarificação e identificação dos seus “drivers” mais conjunturais ou imediatos (ex: motivações, necessidades, desconexões, condições e contextos de promoção e generalização, atores mais potenciais e/ou resistentes) exige sobretudo uma clarificação e

identificação do grande arco de “sentidos” e “vontades”, em partilha e mobilização de uma ação societária, ou seja, de uma ação coletiva suficientemente mobilizadora, resiliente e consequente.

Neste grande arco, joga-se a discussão em torno das memórias, identidades e utopias futuras a prosseguir, bem como a criatividade e a resiliência da transformação a acionar. Concertar uma ideia de futuro remete para uma discussão de valores e modelos de desenvolvimento e para uma discussão das mudanças desejáveis em termos de conceptualização e de práticas. Esta exigência, apesar de poder acionar componentes técnicas à sua condução e animação, é uma exigência de natureza política e societária, de sentido lato.

Leva-la a bom porto em ambiente criativo e de participação alargada implica (i) uma rutura com os modelos tradicionais de governo e governança ancorados em lógicas sectorialmente segmentadas e hierarquias hegemónicas de poder; (ii) a adoção de uma postura transdisciplinar no reconhecimento e respeito pelos diferentes tipos de conhecimento e ações a incorporar; (iii) apela a uma aprendizagem conjunta on-going de exercício de poder(es); e (iv) pressupõe uma co-produção generativa das próprias condições necessárias à sua efetivação (que deixam de poder ser entendidas como dados adquiridos).

Em segundo lugar, a dimensão processual inerente à inovação social vem colocar o debate em torno da “justiça social” no cerne da discussão da dimensão societal e coletiva para que concorre, ao exigir o reconhecimento e a priorização de necessidades nas “diferenças” e “desequilíbrios” a colmatar, e o fomento concomitante de ambientes de “diversidade”, apelando ao seu reconhecimento como oportunidade de ação e transformação. Ao propor a necessidade de “abolição de diferenças no acesso a oportunidades” aciona simultaneamente a necessidade do “respeito e reconhecimento da diversidade de escolhas” como vantagem de oportunidade em proximidade. Esta exigência, que acaba por decorrer da natureza política da primeira, remete, no entanto, para uma revisita dos enquadramentos ideológicos dos modelos de ação política (políticas) na conceptualização que propõem para esta questão.

Assim, a abertura à diversidade em matriz de rejeição de modelos de soma nula aporta novas questões e suscita novos axiomas e quadros de pensamento. O percurso de aceitação e generalização destes novos quadros conceptuais, como qualquer processo de inovação, não será imediatamente evidente, nem prosseguirá uma linearidade temporal programável. Antes, apela à adoção de estratégias “contra-intuitivas”, de dinâmicas com avanços e recuos a várias vozes, e a um difícil reconhecimento imediato e distinção entre “posições mais conservadoras ou inovadoras” na afirmação das mudanças que comportam.

Um terceiro ponto estrutural inerente à inovação social é a pressão que induz à dimensão relacional que a enforma, ao evidenciar a relevância do “networking” e da composição e capacitação do sistema de atores para o concretizar e fazer funcionar num sistema de ação de escolhas e tomadas de decisões eficaz. Esta terceira nota estrutural, que remete para o fazer acontecer a transformação das relações de poder e sociais aciona assim a dimensão existencial decorrente das notas anteriores de natureza mais política (sentido lato) e de configuração de políticas.

Esta dimensão relacional e existencial aciona simultaneamente talentos e capitais sociais necessários à configuração de relações de proximidade e de pertença a categorias supra-ordenadas de geometria variável, numa gestão complexa de identidades e autonomias na construção de interconectividades, interdependências e sinergias. Também aqui é solicitada uma rutura com a lógica de somas nulas na capitalização de poderes e autonomias através da solicitação feita a processos de empowerment individual e coletivo para a transformação coletiva do sistema de relações.

Outro dos desafios inerentes a esta dimensão na configuração dos processos de inovação remete ainda para uma rutura com a lógica linear na configuração das hierarquias de poderes hegemónicos através da introdução de lógicas matriciais multi-nível e multi-dimensionais de networking, de reconhecimento e exercício de lideranças, e de configuração da ação. É esta nota estrutural que coloca a questão da governança e das dimensões de compromisso para a ação no centro nevralgico da transformação inerente à inovação, sobretudo pela abertura que pressupõe à participação e co-responsabilização de variados atores na tomada de decisões e pelas novas formas de regulação social a que apela.

Um quarto elemento estrutural da inovação social remete, em sequência dos anteriores, para a dimensão factual da sua co-produção e expressão coletivas em contextos de vida reais, ou seja, em contextos, lugares e territórios necessariamente em processo de transição entre as realidades e os modelos que são reconhecidos como insuficientes ou indesejáveis e os modelos que se pretendem experimentar, consolidar e generalizar na configuração de novas realidades. Esta focalização da inovação social na construção desta transição ganha um estatuto estrutural na medida em que para além de trazer centralidade a inquietações, tensões, contradições, ameaças, conflitos e riscos (que passam a ter um estatuto de oportunidades, de ‘mola’ desencadeadora e de energia mobilizadora) convida a soluções de montagem e monitorização de processos que, para a sua afirmação, terão de romper com a lógica linear programática tradicional e instituída.

A plasticidade que é exigida a esta transição, na sua afirmação de reconhecimento, remete para (i) domínios operativos, que não encontram respostas satisfatórias nos instrumentos e regras instituídas de planeamento e condução de processos, nem nas competências e processos de aprendizagens tradicionais; (ii) para a gestão do seu ciclo de afirmação, que cf. foi referenciado não é linear; (iii) a gestão dos tempos e necessidades de visibilidade/recato de maturação dos efeitos esperados; e para (iv) a própria incorporação dos conflitos, riscos e “surpresas” que fazem parte destas dinâmicas e a que estes processos necessariamente induzem.

O entendimento de que a condução do próprio processo de transição, sendo um fator crítico ao seu sucesso, não é “natural” nem de “geração espontânea”, aciona desafios de natureza operativa transversais à configuração da ação coletiva e desafios de natureza operativa específica à capacitação da ação dos vários atores que nela participam.

Também o entendimento de que uma aposta forte na autonomização e “empowerment” dos atores é necessária para a reconfiguração das redes de relações sociais e de poder almejadas com os processos de inovação, ativa e exige procedimentos e regras de operabilidade de compatibilização com o reconhecimento e a motivação para a “co-produção” coletiva mobilizada por interesses coletivos, no reforço de interdependências que lhe são igualmente subjacentes. Também aqui se joga a rutura com a lógica tradicional de somas nulas e de “opostos” em substituição uns dos outros em posições de poder, na capacidade operativa e operativa a disponibilizar, implementar e garantir.

O conceito de inovação social pressupõe, assim, novas formas organizacionais e institucionais, novas práticas sociais, novas inter-relações, novos mecanismos como contributos essenciais para a mudança e a transformação. A relação entre resiliência, inovação social e criatividade pode permitir uma abertura maior a estes processos. A inovação social, como foi visto anteriormente, é um processo que permite encontrar novas respostas para problemas não reconhecidos ou não solucionados. Neste caso a inovação social, rompe com os tradicionais paradigmas e dogmas, transformando as relações sociais e reforçando ou implementando uma maior relação colectiva (Moulaert *et al*, 2009). Assim, a arte pode ser um instrumento de estímulo à criatividade necessária ao processo de mudança e de transformação que está inerente à inovação social. Isto decorre do facto da arte conter em si mesma, sementes de mudança que inspira e é inspiradora, e que desenvolve a imaginação e o pensamento crítico (André *et al*, 2009). As artes impulsionam, assim, a criatividade muito para além do campo artístico, desconstruindo regras e estereótipos que dificultam a inovação em geral, e a inovação social em particular (Miles 1997; Smiers 2005; Markusen 2006).

A criatividade, enquanto prática colectiva, aparece na cidade como uma força motriz, fazendo funcionar os mercados e, ao mesmo tempo, desenvolvendo massa crítica e inovação social. As cidades, enquanto lugares de encontro, de diversidade e de diferença potenciam o desenvolvimento de novas ideias, aspirações, projectos, conflitos, tensões, angústias, paixões, medos. Insiste-se na criação como base das actividades económicas e na sua ligação com a economia criativa e a competitividade (Klein *et al*, 2009) assentando este processo na agenda política hegemónica definida nos últimos anos. Aqui, pelo contrário, olha-se para a criatividade orientada para as acções colectivas que visam melhorar a qualidade de vida da população, encorajando e incentivando a construção de uma cidade transformadora e participativa. Nesta lógica, a criatividade artística permite um olhar diferenciado e crítico sobre a realidade em causa, possibilitando a criação de novos lugar colectivos e assumindo formas multidimensionais.

4. Reflexões Finais

Na complexidade da cidade actual residem identidades e memórias bem marcadas que possibilitam o desencadear de uma série de acções, produzindo-se lugares, tempos, quotidianos e colectivos. Porém as dinâmicas de possibilidade de mudança que se torna visível a oportunidade da existência de utopias que se tornam realidade, constroem-se e configuram-seem diferentes escalas e transdisciplinarmente. Também os processos de inovação social necessitam da combinação de três acções colectivas (Moulaert, 2008): (i) a satisfação de necessidades; (ii) a mudança das relações sociais (particularmente ao nível da governança e do aumento do nível de participação); e (iii) o aumento da capacidade sócio-política e do acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos de satisfação das necessidades humanas e de participação.

Assim, relaciona-se a possibilidade de mudança – associada à resiliência –, numa perspectiva multi-escalar, multi-dimensional, multi-nível e, também, transdisciplinar, à possibilidade da combinação de acções colectivas que desencadeiam processos socialmente inovadores. Deste modo, são exigidas transformações de modelos e paradigmas, quer através da inovação social solicitada, quer através da resiliência exigida na direcção da almejada utopia real. Inovação social e resiliência transformadora aparecem nesta reflexão como instrumentos conceptuais para a abordagem das mudanças e das transformações das práticas colectivas.

Nesta abordagem territorial das práticas colectivas que desencadeiam mudança e transformação, rompe-se com as tendências e os modelos tradicionais de governo e de governança ancorados em lógicas sectorialmente segmentadas e hierarquias hegemónicas de poder, remetendo os processos para a (re)construção do sistema numa co-produção de soluções mais eficazes e mais eficientes. Nesta ideia de futuro desejável, que se concretiza na utopia real, discutem-se valores e modelos de desenvolvimento necessários, surgem novas questões e quadros analíticos e conceptuais, rompendo com a lógica programática tradicional e instituída e procurando na criatividade artística outros caminhos possíveis. A criatividade através da arte aparece como uma alavanca desencadeadora de uma maior aprendizagem e interacção colectiva.

Na configuração de uma agenda para a abordagem de uma “agency coletiva” de base territorial, perfilam assim, a par de uma abordagem transdisciplinar na capacitação para a inovação social da acção colectiva, uma co-produção alargada, dinâmica e generativa na configuração de sistemas de acção colectiva e de uma resiliência transformadora. Também a transformação e mudanças induzidas por processos criativos e de inovação social não prescindem da incorporação de plurais, gerúndios e proximidades na configuração de uma diversidade energética dos sistemas de acção e de um sistema de governança territorial e matricial de acção passível de permitir uma (re)configuração de poder(es) e tomadas de decisão nos sistemas de acção e de configuração de uma agencia coletiva.

Bibliografia

André, I; Malheiros, J. Brito-Henriques, E. (2009) “Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux”, em F. Moulaert, D. MacCallum, J. Hillier, S. Vicari (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*, Chapter 9, Aldershot: Ashgate Publishing.

André, I.; Abreu, A. (2006) ‘Dimensões e espaços da inovação social’, *Finisterra*, XLI, 81, p.121-141.

Cassinari e tal (2011), *Transdisciplinarity Research in Social Polis*, *Social Polis: Social Plattform on Cities and Social Cohesion*, http://www.socialpolis.eu/uploads/tx_sp/Trans_final_web_single_page.pdf

Folke, C. (2006), “Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analysis”, *Global Environmental Change* 16, 253-267

Holling, C. S. (1973), “Resilience and stability of ecological systems”, *Annual Review of Ecological Systems* 4:1–23.

Klein J.-L.; Harrison D. (Eds.) (2007) *L'innovation Sociale – Emergence et effets sur la transformation des sociétés*, Québec: Presses de l'Université du Québec.

Klein, J-L. and Tremblay, D-G., 2009, Cultural creation and social innovation as the basis for building a cohesive city in Social Polis http://www.socialpolis.eu/uploads/tx_sp/EF10_Paper.pdf

Miller, Thaddeus R.; Baird, Timothy D.; Littlefield, Caitlin M.; Kofinas, Gary; Chapin, III.; F. Stuart and Redman, Charles L. (2008). Epistemological pluralism: reorganizing interdisciplinary research. *Ecology and Society* 13(2): 46. URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art46/>.

Moulaert, F. ; MacCallum, D ; Hillier, J. ; Vicari, S (2009) *Social innovation and Territorial Development*. Farnham : Ashgate.

Walker, B., C. S. Holling, S. R. Carpenter, and A. Kinzig (2004) “Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems”, *Ecology and Society* 9(2): 5. [online]URL: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5>

ⁱ Esta reflexão enquadra-se no âmbito do projecto RUCAS – Real Utopies in Socially Creative Spaces, liderado pelo IGOT-UL e financiado pela FCT [PTDC/CS-GEO/115603/2009] e de um estudo sobre políticas de coesão pós 2013 realizado pelo LNEC para o CES – Conselho Económico e Social, financiado pelo QREN.